

TEORIA FEMINISTA DE GÊNERO NO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE UM DEBATE

Márcio Ferreira de Souza ¹

RESUMO

A tônica que move a preocupação que se encerra na presente reflexão, em linhas gerais, é a de situar o debate acerca das teorias feministas de gênero no Brasil. Inicialmente busco pensar a construção e a afirmação de teorias de gênero, de sustentação feminista, no âmbito das ciências humanas. Num segundo momento, o presente texto se move em direção ao universo crítico das teorias feministas de gênero produzidas na América Latina e, particularmente, no Brasil, fomentadas num projeto de “descolonização” do gênero e de uma agenda feminista a partir da construção e a afirmação das mulheres latino-americanas como protagonistas no universo político.

Palavras-chave: Teorias feministas; Gênero; Brasil; América-latina

Gender Feminist Theory in Brazil: some elements

Abstrac

The main objective is a discussion about gender's feminist theories in Brazil. Firstly, we discuss about gender's feminist theories and the human science. Secondly, the discussion is directed to gender's feminist theories in Latin America and especially in Brazil, a decolonization project and Latin American women's assertion as protagonists in the political universe. **Key-words:** Educational gender gap. School achievement. School expansion.

Key Words: Feminist Theory; Gender; Brazil; Latin America

PRÓLOGO

Discorrer sobre as “teorias de gênero” é lançar-se a um desafio contínuo que posiciona mulheres e homens feministas (sim, eles existem!) numa arena de combate contra uma série de resistências culturais e históricas. Tais resistências marcam presença, no campo das ciências humanas, em perspectivas que partem da defesa de uma “neutralidade científica”. Por outro lado, a base da teoria feminista, emergente em palcos de atuação e de militância política, ainda não logrou de todo prescindir de uma forte cobrança em sua luta pela sustentação de um sempre almejado estatuto científico. Esta discussão não é recente e, a despeito de tantas publicações que versam sobre a mesma, está longe de se esgotar.

É sob tal ponto de vista que Cecília Sardenberg (2002) fornece importante contribuição observando que

[...] as práticas científicas feministas fundamentam-se, assumidamente, em uma *práxis* política – em um projeto de transformação das relações de gênero –, ao

passo que um dos fundamentos básicos da Ciência Moderna é justamente a necessidade de se impor uma separação entre “fatos” e “valores”. Sem essa separação, ou melhor, só com total “neutralidade” é possível assegurar a objetividade necessária para a busca de “verdades científicas”. Consequentemente, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma *epistemologia feminista* – de uma *teoria crítica feminista sobre o conhecimento* –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado. [Grifos meus] (SARDENBERG, 2002, p.91).

Cecília Sardenberg dedicou-se à reflexão epistemológica acerca da “ciência feminista”, tendo como ponto de partida a crítica emergente no interior da teoria feminista como uma das pautas principais em sua agenda. A teoria feminista, na concepção de Sardenberg, “destaca-se hoje como uma das análises mais contundentes dos dogmas, práticas e instituições da ciência” (2002, p.89). Para tanto esta autora recorre a trabalhos

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: <marciouferreira@ufu.br>

como os de Evelyn Fox Keller e Helen E. Longino (1996), Londa Schienbinger (2001) e Sandra Harding (1987)². A posição da referida autora, calcada em um “olhar desconstrucionista”, significa um dos avanços em relação a pautas, até então mais corriqueiras, que diziam respeito mais necessariamente a questões relativas à exclusão e invisibilidade das mulheres. A teoria feminista sofisticou-se em seus argumentos e, mediante a complexidade da vida social e dos processos de interação intra e intergênero e do campo das identidades e práticas sexuais, tornou-se ainda mais complexa. Desta, depreende-se como resultado novos campos investigativos como os estudos sobre as masculinidades (KIMMELL, 1987; CONNELL, 1995; NOLASCO, 1995a, 1995b) e a *Teoria Queer* (BUTLER, 2003; LOURO, 2001), por exemplo.

A tônica que move a preocupação que se encerra na presente reflexão, em linhas gerais, é a de situar o debate acerca das teorias feministas de gênero no Brasil. Inicialmente busco pensar a construção e a afirmação de teorias de gênero, de sustentação feminista, no âmbito das ciências humanas, tendo em vista as armadilhas e distorções que resultam deste processo de “afirmação”, no que diz respeito, em particular, ao próprio conceito de gênero. Ou seja, aos “usos e abusos da categoria gênero” (HEILBORN, 1992). Num segundo momento, o presente texto se move em direção ao universo crítico das teorias feministas de gênero produzidas na América Latina e, particularmente, no Brasil, fomentadas num projeto de “descolonização” do gênero (CONNELL, 2012) e de uma agenda feminista a partir da construção e a afirmação das mulheres latino-americanas como protagonistas no universo político.

A EMERGÊNCIA DAS TEORIAS FEMINISTAS DE GÊNERO E O LUGAR DAS MULHERES

Pode-se considerar que a categoria gênero – que antes emergira “para mapear um novo terreno”, encampado pelos (as) historiadores (as), cujos “usos descritivos do gênero” se destacavam

(SCOTT, 1995) –, ocupou seu merecido espaço nos variados campos das ciências humanas e para além destas. Tal categoria, hoje “consagrada”, tornou-se parte do vocabulário de senso comum. Se, por um lado, tal fato pode ser visto de modo positivo, por outro lado pode ser visto, porém, negativamente, porventura a categoria gênero se prestar a distorções em seu próprio significado – o que é bastante corriqueiro.

Uma breve digressão se faz necessária no intuito de se chamar a atenção para a importância do artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, da autora estadunidense Joan Scott. Creio ser este “o” ou “um dos” artigos acadêmicos mais citados no Brasil no que diz respeito à definição de gênero como categoria analítica. Ressalvo, porém, que aqui se segue muito mais uma impressão acerca do impacto deste artigo nas produções teóricas sobre os estudos de gênero do que, necessariamente, uma afirmação absoluta. Para tanto, seria necessário realizar, de modo mais preciso, um estudo bibliométrico e isso não vem ao caso, nesse momento. O fato é que, em se tratando dos estudos de gênero no Brasil, em relação ao campo propriamente feminista ou ao campo mais generalizado dos denominados “estudos de mulheres”, o referido artigo de Scott causou forte impacto e ainda marca notável presença na nova geração de estudantes, pesquisadoras e pesquisadores que se interessam por tais estudos.

O elenco de pensadoras, em geral oriundas do “ocidente desenvolvido”, que contribuíram para a produção teórica sobre as questões de gênero é muito amplo e diversificado. Farei referências, dentre as várias possíveis, a algumas intelectuais feministas que impactaram a produção sobre a dimensão de gênero e os estudos sobre mulheres no Brasil. É, também, importante ressaltar que ao adentrar o universo das pesquisas de gênero não defrontaremos necessariamente com uma perspectiva “feminista” ou crítica, ainda que este conceito tenha sido elaborado no âmbito do mo-

² As fontes originais, dentre outras, consultadas por Cecília Sardenberg são: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E, (ed.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001. HARDING, Sandra (ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1987.

vimento feminista com o objetivo de contestar as concepções binárias e essencialistas da diferença sexual. Por isso, a exposição das ideias aqui discutidas se valerá, preferencialmente, da perspectiva crítica feminista.

A teoria feminista pode ser compreendida como um sistema de ideias geral e de amplo alcance sobre a vida social e sobre as experiências humanas compreendidas a partir de uma perspectiva centrada nas mulheres. Certamente, pelo fato da origem das “teorias de gênero” ter emergido no movimento feminista, a categoria “gênero” ficou fortemente associada exclusivamente às mulheres, prestando-se a distorções conceituais e analíticas. Consagrou-se, pois, um “campo de estudos”, com significativas repercussões e desafios contínuos. O termo “gênero” avançou para além da teoria feminista.

Cabe, porém, atentar para a argumentação crítica da própria Scott, que chamou atenção para o equívoco da mera substituição do termo “mulheres” pelo termo “gênero”. Neste sentido, a autora salienta para a importância dos estudos de gênero como “um desafio teórico” que, em suas palavras “exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado”, como também passa então a ser estabelecida “a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais”. Daí, questões pertinentes são por ela levantadas: “Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?”. Scott salienta que as respostas a tais questões “dependem de uma discussão do gênero como categoria de analítica” [grifos meus] (SCOTT, 1995, p.74).

Esta autora compreende a categoria gênero a partir de um “núcleo essencial” que, por sua vez, é baseado na “conexão integral entre duas proposições”. Ou seja, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995). A dimensão do poder não deve ser ignorada no processo de compreensão da categoria gênero e se torna fundamental para a sustentação e argumentação, de modo geral, da

teoria feminista.

Apesar do robusto impacto do supracitado artigo de Scott, no campo de estudos de gênero no Brasil - sob a perspectiva feminista ou não -, há que se considerar uma preocupação, que foi por ela destacada, acerca de um esvaziamento do próprio conceito de gênero. Conceção esta que também se traduziu em algumas publicações de autoras que se preocuparam com os caminhos e descaminhos dos estudos de gênero.

Maria Luiza Heilborn (1992), por exemplo, chamou atenção para o fato de que “andamos tropeçando em material de pouca reflexão” e complementa afirmando que “do sexo passou-se ao gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter como imbricada a um sistema relacional, e que se mantém algum vínculo com a base fisiológica, sua principal utilidade está em apontar a dimensão social que em última instância é o que importa” (HEILBORN, 1992, p.39).

Maria Lygia Quartim de Moraes (1998), por sua vez, chegou a apontar para as dificuldades de utilização do termo gênero, partindo de questões semânticas:

[...] enquanto que, em inglês, *gender* é um substantivo que designa exatamente a condição física e/ou social do masculino e do feminino, a palavra gênero, em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. Existe, portanto, uma dificuldade semântica que confunde o leitor médio e que obriga, na verdade, a uma constante necessidade em definir o que seja gênero, sempre que utilizamos tal categoria em português. Aliás, a mesma dificuldade ocorre com a língua francesa, daí a utilização da expressão *rappports sociaux* de sexe ao invés de *genre*. (MORAES, 1998, p.101).

Pensar a categoria gênero sem estabelecer as relações intra e intergênero é reduzir uma reflexão a uma simplificação equivocada que ainda permanece de maneira marcante nos estudos teóricos e empíricos que vêm se propagando pelos Congressos, Simpósios e Seminários que ocorrem pelo mundo afora: a compreensão limitada do gênero ainda como sinônimo de “mulheres” (AGUIAR, 1997, p.15). Por que isso continua ocorrendo? O termo gênero como categoria de análise caiu num esvaziamento teórico e polí-

tico? Como compreender esse processo? Seria uma lei do menor esforço?

Não tenho a pretensão de responder às questões levantadas, mas creio que sejam indagações pertinentes para as discussões epistemológicas sobre as teorias feministas de gênero.

Compactuando com a argumentação de Costa e Sardenberg (1994), penso que a mera utilização do termo gênero, desvinculado da perspectiva feminista, tem contribuído para ocultar o incômodo posicionamento crítico e radical do feminismo. Estas autoras afirmam que

Para a academia é muito mais fácil assimilar “estudos de gênero” do que “feminismo”, sempre identificado pelos setores mais resistentes com a militância e não com a ciência. Portanto, também muito mais digerível para uma parcela significativa das acadêmicas que assim puderam incorporar-se aos women’s studies sem correr o risco de serem identificadas com o feminismo, engrossando assim o que as militantes feministas chamam pejorativamente de genéricas (Costa e Sardenberg, 1994, p.396).

Num aspecto amplo acerca das teorias feministas de gênero, estas, de modo geral, voltaram-se inicialmente para a crítica à invisibilidade das mulheres no campo científico e, paralelamente, ao combate ao androcentrismo. Evidentemente que a questão é muito mais complexa, dado o fato de que o incremento do número de mulheres – algo que vejo como é positivo – no espaço científico-acadêmico não significa, evidentemente, uma solução automática para responder a uma série de outras questões que se ampliam em outros planos, a exemplo da esfera política.

DO MAINSTREAM AOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS: O PONTO DE VISTA DO SUL GLOBAL – O CASO BRASILEIRO

O amplo universo teórico de autoras oriundas do Norte global penetrou os espaços acadêmicos no Brasil e na América Latina. Do feminismo francês, Simone de Beauvoir (1908-1986), com seu famigerado ensaio *Segundo Sexo* (2009), publicado originalmente em 1949, consagrou-se como uma das autoras mais discutidas e in-

fluentes no pensamento feminista que se constituiu no Sul Global. A lista de autoras nascidas e atuantes nos Estados Unidos, que tiveram e têm relevância na produção acadêmica feminista no Brasil, é extensa, mas só para citar dois casos mais notórios, para além de Joan Scott, podem ser destacadas Donna Haraway (1944), com seu *Manifesto Cyborg* (1985) e Judith Butler (1956), com a publicação de *Problemas de gênero* (2003).

Não restam dúvidas em relação às contribuições que as autoras supracitadas legaram ao campo das teorias de gênero no Brasil e na América Latina, mas torna-se imprescindível uma reflexão sobre a construção de uma reflexão própria gestada para além do Norte Global. Neste sentido, cabem as referências e o reconhecimento às correntes críticas pós-colonial.

A crítica pós-colonial vem se ampliando paulatinamente em campos diversificados como o dos Estudos Subalternos, do pós-ocidentalismo, das teorias do sistema mundial, do afrocentrismo, dentre outros. O palestino Edward Said (1995) e os indianos Spivak Gayatri (1985) e Homi Bhabha (1998) são exemplos a se considerar de pensadores que estabeleceram perspectivas alternativas às “teorias do norte”, ainda que não tenham se dedicado à teoria feminista mais especificamente³.

Sandra Harding, filósofa e feminista norteamericana, tem contribuído com o campo da epistemologia feminista, a considerar a sua elaboração da “teoria do ponto de vista” e as reflexões sobre a instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. A referida teoria advoga o reconhecimento do caráter socialmente localizado das compreensões dos fenômenos que se pretendem analisar partindo da perspectiva de gênero. Neste sentido, para Harding, é dado às mulheres (e aos homens feministas) “maior probabilidade de produzir resultados objetivos, destituídos de tendenciosidade, do que os homens ou pessoas não feministas, como grupo social” (HARDING, 1993, p.14).

De maneira análoga à argumentação de Sandra

³ Sobre o embate retórico entre o “Oriente” e o “Ocidente”, consultar CHANTER, Tina. Gênero: conceitos-chave em Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011. pp. 100-120.

Harding, pode-se aventar acerca da construção de teorias feministas elaboradas do ponto de vista da localização geográfica, a exemplo das perspectivas críticas oriundas do Sul Global. Sobre tal questão, a australiana Raewyn Connell (2012) tem se destacado como uma intelectual que vem contribuindo de modo considerável para a reflexão sobre as questões de gênero partindo de uma perspectiva teórica mais ampla que diz respeito à crítica radical às “teorias do Norte Global”. De acordo com Connell, as teorias oriundas do Norte Global dominam, em escala mundial, a imaginação dos cientistas sociais, bem como o repertório das leituras dos estudantes. Durante a maior parte da história moderna, os ditos países “periféricos” vêm servindo, basicamente, como uma “mina de dados” para as construções teóricas elaboradas em centros acadêmicos nos Estados Unidos e na Europa. Consequentemente o Sul Global, ao menos no que diz respeito ao reconhecimento por parte do norte, não produz conhecimento e compreensão da sociedade. A argumentação de Connell parte da defesa de que a teoria social da “periferia” mundial tem poder e relevância para a compreensão dos processos de transformações do nosso mundo. As questões com as quais Connell procura lidar são amplas e diversificadas, tais como a modernização, o comércio, o neoliberalismo, a dominação cultural, a teoria e a estrutura do próprio conhecimento, além de questões relativas à identidade, raça, classe e ao gênero. O que está em jogo, para Connell, são os desafios da construção de uma teoria fermentada no contexto “periférico”, que considere o papel que as perspectivas do sul devem ter em um sistema global conectado ao conhecimento.

Há que se considerar que as reflexões mais radicais que partem das críticas pós-colonialistas e em defesa de “pontos de vista locais” – entendido aqui num sentido mais amplo do que o proposto por Harding (1993) – têm sido fundamentais para a construção de visões próprias no contexto da América Latina e, especificamente, do Brasil.

Diversas autoras e autores, desenvolvendo reflexões pertinentes sobre a teoria feminista no Brasil – e, também, na América Latina – chamaram atenção para a importância do reconhecimento da teoria feminista e de suas especificidades. Do ponto de vista teórico, epistemológico e metodológico, a teoria feminista pode – e deve – ser pensada como um “campo” científico (MATOS, 2008).

Neuma Aguiar dedicou-se à organização de um livro intitulado *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (1997) no qual, em sua introdução, sob o título “Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres”, insere uma série de indagações pertinentes naquele momento e que, de certo modo, passado um lustro de século, ainda não foram suficientemente respondidas⁴. Com relação às questões levantadas por Aguiar (1997) vale transcrevê-las:

Seria o feminismo uma ideologia política ou uma perspectiva crítica do conhecimento que, superando os preconceitos de gênero nas relações sociais, teria um lugar importante na revisão de ciências que omitem as mulheres. Nesta situação, isto é, enquanto ideologia, estaria o feminismo divorciado do conhecimento científico? Por outro lado, enquanto crítica do pensamento excludente, não seria esta mesma perspectiva uma contribuição à análise das ideologias, possibilitando um distanciamento dos preconceitos e, portanto, um aprimoramento das práticas científicas? Subjacente a essas perguntas encontra-se uma outra: vencida a etapa de politização nas universidades, haveria lugar para o feminismo na formação em nível superior? Seria esta uma nova forma de militância política semelhante à do passado? Ou um arranjo derivado de condições fragmentárias correntes no processo de participação política? (AGUIAR, 1997, p.10)

As pertinentes indagações acima reproduzidas são frutos da observação da autora em relação a um dos tantos aspectos dicotômicos que grassam no campo das ciências humanas: a dicotomia entre teoria e prática. Neste sentido, a relação dialética, aqui estabelecida, segue o princípio lógico de que o movimento feminista não pode ser alçado ao status exclusivo de um campo

⁴ O desafio lançado pela autora e as demais colaboradoras se configura nas articulações dos enfoques feministas com os campos da Antropologia (Mireya Suárez), Demografia (Adriana Piscitelli; Anna Maria Goldani), Literatura (Constância Lima Duarte), História (Rachel Soihet), Psicanálise (Anna Carolina Lo Bianco e Marlise Matos), Economia (Hildete Pereira de Melo e Franklin Serrano) e Sociologia (Neuma Aguiar).

de militância. Trata-se, também, de um “movimento teórico”.

As pertinentes indagações acima reproduzidas são frutos da observação da autora em relação a um dos tantos aspectos dicotômicos que grassam no campo das ciências humanas: a dicotomia entre teoria e prática. Neste sentido, a relação dialética, aqui estabelecida, segue o princípio lógico de que o movimento feminista não pode ser alçado ao status exclusivo de um campo de militância. Trata-se, também, de um “movimento teórico”.

As produções acadêmicas sobre as relações de gênero e os estudos sobre mulheres cresceram quantitativamente se maneira marcante nos anos iniciais do presente século XXI. O caso brasileiro é revelador deste incremento visto o alto volume da produção acerca da temática. Neste sentido o que vale é mais a indagação acerca dos avanços teóricos do ponto de vista *qualitativo* em relação ao aspecto *quantitativo*. A indubitável propagação dos estudos de gênero no campo das ciências humanas não implica, necessariamente, num avanço qualitativo no que diz respeito à teoria feminista ou mesmo numa clareza concernente a uma distinção clara e consciente entre teorias *de* gênero e teorias *e* gênero. Estamos, de fato, tratando de um “campo novo” para as ciências?

Marlise Matos, nesta perspectiva, destaca que o pensamento feminista e de gênero tem avançado “no sentido da concretização da institucionalização” de um novo campo que “além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação, vai contribuir concretamente nas muitas revisões e reelaborações de questões que são centrais na ciência política, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na comunicação social etc. e que ainda não tivemos tempo suficiente para deflagrar” (MATOS, 2008, p.354-355).

A despeito do considerável incremento no volume da produção acerca da pretensa discussão e teorização sobre a dimensão de gênero, cabe reconhecer que, mesmo levando em consideração os grandes equívocos que permanecem do ponto de vista epistemológico e crítico, de fato, há que se levar em conta, também – e isto é o mais im-

portante! – que a teoria de gênero sob a perspectiva feminista na América Latina obteve avanços notáveis.

Os avanços que podem ser considerados foram e estão sendo provocados justamente pelas produções teóricas que vem buscando apontar para os equívocos que se constituem, dentre outros, na automática associação da noção de gênero como sinônimo de “mulheres” e na mera transposição das teorias elaboradas à luz das perspectivas de gênero fomentadas no contexto ocidental. Tais avanços se concentram, consideravelmente, na crítica epistemológica. Crítica esta carregada de questionamentos ao vazio teórico que se propagou no âmbito dos trabalhos acadêmicos que se dispuseram e se dispõem a discutir as questões de gênero. Os avanços se concentram, principalmente, no âmbito das lutas e das organizações políticas feministas que buscam coadunar a política cotidiana com as reflexões teóricas. São esses os passos imprescindíveis para as construções de teorias gênero sob uma perspectiva feminista e com base em uma produção local que considera “os pontos de vistas locais”.

O que aqui se pretendeu foi situar o debate teórico acerca do entendimento dos estudos de gênero e feministas como um *campo novo* para as ciências como consideravelmente significativo para se prosseguir além da preocupação com a prova e demonstração de seu estatuto científico. Esta etapa, em minha concepção e contradizendo o que foi destacado no parágrafo inicial do presente texto, já está superada. Os desafios prosseguem, evidentemente, em outras direções.

No caso específico das discussões que tangeram aos estudos acadêmicos produzidos no Sul Global e, particularmente, na América Latina e no Brasil, o desafio se concentra no reconhecimento da possibilidade da construção de um projeto de pensamento feminista próprio. Não se trata, de modo algum, da ingênua desconsideração da gama da produção teórica oriunda do Norte Global, que evidentemente nos serve como possibilidade de diálogo ou como parâmetro comparativo. O que está em jogo é o reconhecimento do projeto de construção de uma teoria femi-

nista de gênero a partir do Sul Global que já foi semeada e já vem rendendo frutos armazenados neste enorme celeiro da produção intelectual que versa sobre a dimensão de gênero. Ao leitor cabe a perspicácia de separar o joio do trigo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Millet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chave em Filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CONNELL, Robert W. *Masculinities: knowledge, power and social change*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNEL, Raewyn. *A iminente revolução na teoria social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 80. p. 9-20, out. 2012.

COSTA, Ana Alice de Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 2, número especial, 2ºsem. 1994.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 33-118.

HARDING, Sandra. A instabilidade das cate-

gorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-32. 1993.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e Abusos da Categoria de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Y Nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992. p. 39-44.

KIMMEL, Michael S. The cult of masculinity: american social character and the legacy of the cowboy. In: KAUFMAN, Michael (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Toronto-New York: Oxford University Press, 1987. p. 235-249.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, 2001.

MATOS, Marlise. Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um novo campo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 333-357. 2008.

MORAES, Maria Lígia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 99-105. 1998.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995a.

_____. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995b.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR, 2002. pp.89-120.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez, pp. 71-99. 1995.

SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? Speculations on widow sacrifice. *Wedge*, v. 7/8, n.1, p. 120-130. 1985.